

DEPARTAMENTO DE LETRAS

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO E ANALFABETISMO

Jacqueline de Fátima dos Santos Morais (UERJ)
jacquelinemorais@hotmail.com

As discussões sobre a alfabetização não foram inauguradas recentemente, bem o sabemos, mas se encontram, constantemente, na pauta do dia. Múltiplos são os motivos dessa frequente atenção dada ao tema. Um deles relaciona-se a recorrente divulgação dos baixos índices alcançados por estudantes brasileiros em testes de proficiência de leitura e escrita. Dentre estes exames, podemos relacionar: Provinha Brasil, Enem, Saeb, Enade, Pisa. Cada um deles se dirige a um grupo diferenciado de estudantes e, portanto, a uma faixa etária específica que vai das classes iniciais de escolaridade aos cursos universitários, como no caso do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, Enade, que pretende avaliar o ensino superior brasileiro e que, desde 2004, substituiu o chamado Provão.

Até agora o único nível que não sofreu formalmente uma medição de níveis de aprendizagem foi a educação infantil. Não sabemos até quando as crianças de zero a seis anos serão poupadas, mas é certo que alguns países já adotam critérios de avaliação para esta etapa da escolaridade. Sabemos também que os organismos internacionais como Banco Mundial tem pressionado diferentes governos para que indicadores de qualidade possam ser estabelecidos oficialmente e, assim, haver algum tipo de controle sobre verbas e apoios financeiros dados por esses órgãos financiadores (Rosemberg, 2001).

Os resultados das avaliações referentes aos diferentes níveis e etapas da educação brasileira parecem anunciar, já algum tempo, uma mesma conclusão: alunas e alunos brasileiros pouco compreendem daquilo que leem. O que significa dizer que pouco dominam a língua que usam.

Os últimos dados divulgados a respeito da Prova Brasil, por exemplo, sistema que avalia alunos da 4ª e 8ª série, mostram que em 2007, se comparado o desempenho de matemática e português, esta última área de conhecimento perde para a primeira nos dois anos de escolaridade avaliados. A média alcançada pelos alunos da 4ª série

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

(hoje chamado de 5º ano de escolaridade) foi de 171,40 em português, enquanto que na prova de matemática a média brasileira ficou em 198,14. Se analisarmos os dados referentes à 8ª série (atual 9º ano) vamos encontrar como média nacional 228,93 em língua portuguesa, enquanto que a média relativa à matemática ficou em 240,56. Ou seja: nossos alunos têm se saído pior em português que em matemática.

Assim, mais uma vez, retornamos a discussão sobre leitura, escrita e compreensão textual, sobre o ensino e a aprendizagem da língua. E, invariavelmente, voltamos a discussão sobre alfabetização: aquela que parecemos ter e aquela que gostaríamos de construir.

Se em relação aos instrumentos oficiais de medição de aprendizagem podemos produzir inúmeras críticas a respeito de sua validade, eficiência e eficácia como instrumento avaliativo, não podemos, no entanto, negar a existência dos dados gerados. E nem negar que eles falam. Mas aí reside a questão: *o que eles falam?* Ou, dito de outra forma: *o que nós ouvimos dos dados que vemos?*

Uma das coisas que podemos *ouvir* desses dados é que ensinar a ler e escrever a todos continua sendo um grande desafio para a escola e para os sistemas de ensino. Dados oficiais divulgados pelo Ministério da Educação – MEC – apontam a quase universalização da educação básica. O Ministério da Educação através do INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, aponta taxas de mais de 93% de matrículas escolares referentes às crianças de 7 aos 14 anos. A questão, então não estaria no acesso a escola, mas em outros fatores. Quais seriam, então?

Se o problema, a princípio, não se concentra na impossibilidade de haver vagas para a totalidade das crianças nos sistema de ensino, nosso foco se volta para a permanência dos alunos e alunas nas escolas. Dados também do MEC nos dão a dimensão do problema. Segundo o INEP, através dos índices do último senso escolar recolhido em 2007, temos um total de 31.733.198 alunos no ensino fundamental, mas este número cai vertiginosamente para 8.264.816 quando contabilizados somente aqueles que se encontram no ensino médio. Assim, o problema parece estar na não permanência desses alunos na escola, mas na capacidade da escola, dos sistemas de ensi-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

no, da sociedade, em criar estratégias para a continuidade dos estudos desses brasileiros.

Assim, a taxa de atendimento de cerca de 93% relativa aos anos iniciais de escolaridade, cai para 49% quando referente ao atendimento para o ensino médio. Há vários estudos que buscam compreender esse estado. Aqui não vamos nos ater a essa discussão, mas queremos, isto sim, centrar nossa análise nas possíveis pistas que nos levem a entender porque tantos alunos parecem não se apropriarem da leitura e da escrita, sabendo de todas as limitações que a busca desta pergunta carrega.

Se voltarmos no tempo, vamos encontrar na obra de José Ricardo Pires de Almeida, escrita em 1889 de nome *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*, elementos que nos ajudam a compreender a história da alfabetização e, portanto, de sua crise. No Brasil Colônia, nos diz o autor, “havia um grande número de negociantes ricos que não sabiam ler” (p. 37). Esse fato justifica a decisão de, no Império, admitir-se o voto do analfabeto, desde que este possuísse bens e títulos. Não era prioritário que fosse escolarizado ou possuísse “letras”, mas era fundamental que possuísse posses materiais. Não será esse um valor que ainda hoje transmitimos aos nossos jovens e crianças? Não estaremos dizendo ainda hoje a nossos jovens que brilho, poder e sucesso podem ser alcançados de modo fácil e rápido, sem necessariamente vir acompanhado de cultura e conhecimento? Que bens culturais não são o que realmente importa na vida?

Em seu livro, se referindo ao início da escolarização brasileira, Almeida ainda denuncia que por causa dos baixos salários oferecidos aos professores à época, poucos eram aqueles que, possuindo alta qualificação, se prestavam a tal serviço, resultando no “afastamento natural das pessoas inteligentes de uma função mal remunerada e que não encontra na opinião pública consideração a que tem direito” (*idem*, p. 65). Assim é que, 1886, tínhamos por volta de 1,8% da população brasileira com algum grau de escolarização. Hoje são cerca de 93%. Mas o que mais mudou daquele tempo?

Na busca por compreender o passado, pois que este traz pistas para compreendermos o presente, vamos em direção à literatura. Esta é rica em exemplos de como era o tratamento dado ao ensino da língua.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ao descreverem as práticas pedagógicas testemunhadas ou mesmo sofridas no tempo escolar, certos autores acabam por denunciar concepções e paradigmas hegemônicos de um tempo que, em alguns casos, parece não ter ficado para trás. Algumas dessas práticas e concepções ainda habitam o cotidiano das classes de alfabetização país afora, resultando em um ensino centrado na cópia, na repetição e na memorização. E claro, nos testes e provas como estratégia de medição do que foi “aprendido”. Esse tipo de educação há muito foi denunciado por Freire (1997, p. 27-28), na ideia da educação bancária.

Apesar das denúncias e críticas que esta concepção trás, ainda é bastante forte no interior das escolas e sistemas de ensino. E, sem dúvida, na formação de professores.

Vamos encontrar nas memórias de Graciliano Ramos, a exemplificação do que Freire denuncia. Em seu livro *Infância*, publicado pela primeira vez em 1945, o autor de *Vidas Secas* e *Memórias do Cárcere*, dentre outros importantes livros, descreve como foi seu contato com as primeiras letras quando criança. Gritos, ameaças, castigos, palmatória, acompanharam o menino Graciliano durante as aulas que seu pai, homem rude e de didática espartana, insistia em ministrar. Era um aprendiz sem entusiasmo, tendo a sua frente como material impresso, uma cartilha de capa enfeitada por três faixas verticais, de páginas amarelas e papel ordinário, de letras mal impressas a se esfarelar por entre os dedos que teimavam em embeber-se de suor. Graciliano nos conta o tortuoso processo de aprendizagem das letras do alfabeto. Quando lhe parecia haver aprendido todas as letras, novas surgiam, numa sequência que parecia não ter fim.

Enfim consegui familiarizar-me com as letras quase todas. Aí me exibiram outras vinte e cinco, diferentes das primeiras e com os mesmos nomes delas. Atordoamento, preguiça, desespero, vontade de acabar-me. Veio terceiro alfabeto, veio quarto, e a confusão se estabeleceu, um horror de quiproquós. Quatro sinais com uma só denominação. Se me habituassem às maiúsculas, deixando as minúsculas para mais tarde, talvez não me embrutescesse. Jogaram-me simultaneamente maldades grandes e pequenas, impressas e manuscritas. Um inferno. (Ramos, 1953, p. 97).

O que nos adverte Graciliano com sua história? O que essa narrativa revela sobre como temos, ao longo do tempo e ainda hoje, ensino a ler e escrever?

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Ainda rememorando a própria infância, Graciliano (1953, p. 99) nos leva, mais uma vez, a conhecer seu universo, por um lado tão pessoal, por outro tão vivo ainda e tão atual. Neste outro episódio encontramos uma criança diante das páginas finais da cartilha. O texto, lido penosamente, parecia não fazer sentido algum ao leitor.

A preguiça é a chave da pobreza.
Quem não ouve conselhos raras vezes acerta.
Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém.

Quem seria Terteão? O que fazia na página final da cartilha? As perguntas de Graciliano não encontravam respostas. Nem em si nem em sua irmã, mais velha e *certamente mais sabida*. Também ela não conhecia Terteão. Sequer havia pensado tratar-se de um homem. E assim, Graciliano criança, fora jogada ao mundo da leitura. Tornou-se o escritor que é. Apesar de tudo que viveu.

É isto que nos leva, de um Aldo, à crítica e à recusa ao ensino bancário, de outro, a compreender que, apesar dele, o educando a ele submetido não está fadado a fenecer, em que pese o ensino bancário, que deforma a necessária criatividade do educando e do educador, o educando a ele sujeitado pode, não por causa do conteúdo cujo conhecimento lhe foi transferido, mas por causa do processo mesmo de aprender, dar como se diz na linguagem popular, a volta por cima e superar o autoritarismo e o erro epistemológico do bancarismo. (Freire, 1997:27-28)

Graciliano conseguiu superar a educação autoritária, a concepção bancária que denuncia Freire e o analfabetismo funcional, tornando-se um grande escritor. Muitos não têm esse mesmo destino – pelo menos 16.295 milhões de pessoas no Brasil são incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Se incluirmos as pessoas com menos de quatro séries de estudo concluídas, os chamados analfabetos funcionais, o total salta para 33 milhões. Os dados, mais uma vez retirados do Mapa do Analfabetismo no Brasil, nos convidam a pensar.

São Paulo é a campeã em números absolutos. São mais de 383 mil pessoas a quem o direito a leitura e escrita foi negado. No Rio de Janeiro, são quase 200 mil.

Em apenas 19 dos 5.507 municípios do país a média de escolarização dos moradores corresponde a oito anos, ou seja, o ensino fundamental completo (de 1ª a 8ª série), um direito determinado por lei a todos.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A cidade com o maior índice de escolaridade é Niterói, no Rio de Janeiro. Nela a média é de 9,5 séries concluídas, enquanto que em Guaribas, no Piauí, encontramos a pior colocação, 1,1 ano de estudo. Mas frequentar a escola não é garantia de aprendizado: 7,4% dos adolescentes de 10 a 19 anos não sabem ler e escrever.

Esses jovens ou ainda estão na escola ou por ela já passaram, o que mostra que nosso sistema educacional continua a produzir analfabetos. (INEP, 2007, p. 10)

Mas há também os que frequentaram uma escola e a abandonaram, por motivos diversos.

É doloroso constatar que, no Brasil, 35% dos analfabetos já frequentaram a escola. As razões para o fracasso do País na alfabetização de seus jovens são várias: escola de baixa qualidade, em especial nas regiões mais pobres do País e nos bairros mais pobres das grandes cidades; trabalho precoce; baixa escolarização dos pais; despreparo da rede de ensino para lidar com essa população. (INEP, 2007, p. 10)

Assim é que os debates sobre alfabetização não foram esgotados. Nem tampouco as pesquisas e investigações conseguiam encerrar nossas preocupações. Ao contrário: há muito que fazer e muito que ainda o que indagar.

Saímos de um momento no qual a centralidade nas discussões era o método de alfabetização. Durante décadas ficamos entre definir se os sintéticos – aqueles que partem das menores unidades da língua, letra, som, sílaba – ou os analítico – aqueles que começam pelas unidades maiores da língua, frases, orações, contos – seriam os mais eficientes. Terminamos a chamada *querela dos métodos* (Braslavsky, 1971) sem a definição. Os chamados métodos ecléticos passaram a ser vistos como uma opção, posto que prometiam trazer o que de melhor houvesse em um e outro. Também essa promessa uma querela.

Na década de oitenta a entrada no Brasil dos estudos de Emília Ferreiro colocou outro foco nos debates sobre alfabetização. As discussões que tinham como centralidade a pergunta *como o professor ensina* passaram a focar a pergunta *como a criança aprende*. Essa mudança provocou inúmeras outras pesquisas e discussões. O certo é que o trabalho de Ferreiro ampliou nosso olhar sobre as razões pelas quais crianças e jovens não se alfabetizam. O trabalho desta autora, mesmo que com inúmeras críticas e limites, nos instiga a pensar

DEPARTAMENTO DE LETRAS

que a questão é complexa. Simplificá-la como temos feito não tem ajudado a transformar o quadro que temos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil, 1500-1889*. São Paulo: PUC; Brasília: MEC-INEP 2000. (Edição original em francês de 1889).

BRASLAVSKY, Berta P. de. *Problemas e métodos no ensino da leitura*. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1971.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília. INEP. 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, Nº 16, p. 19-26, 2001.